

CULTURA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

Juan Ignacio Brizuela¹

Resumo: Começando pelo debate internacional sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, e fazendo um breve recorrido pelo pensamento latino-americano, o artigo procura refletir sobre as interações entre estes grandes e complexos conceitos e suas implicações para América Latina. Trabalhando principalmente com autores da região sul-americana, questiona a benevolência e o oportunismo tanto de organismos internacionais neoliberais como de grandes generalizações das teorias da cultura que não esclarecem a influência mútua destas noções. Ademais, mergulha em algumas iniciativas nos interiores da América do Sul que procuram novos modelos de desenvolvimento a partir da identidade e da cultura regional.

Palavras Chave: Teorias da Cultura; Desenvolvimento; Identidade e Cultura Regional; América Latina.

O debate internacional sobre cultura e desenvolvimento

Existe hoje uma bibliografia importante sobre a relação entre cultura e desenvolvimento. A UNESCO teve um papel fundamental para agendar este tema a nível internacional e regional, começando pela Década Mundial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Cultural (1988 – 1997). Desse período é o informe da Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento intitulado Nossa Diversidade Criativa (1995). A UNESCO também organizou no ano 1998, a Conferência Intergovernamental de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento. Finalmente, no Brasil, a UNESCO e o IPEA organizaram no ano 2002 o seminário internacional sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento.

É interessante colocar esse debate no contexto latino-americano, onde diferentes receitas foram aplicadas para lograr o tão ansiado desenvolvimento que ainda estamos procurando. Atualmente, não só UNESCO, mas também diferentes organismos de crédito internacional como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) estão aparentemente convencidos da benevolência dessa relação. Será que na cultura vamos encontrar finalmente essa chave para lograr o bem-estar dos países da região?

¹ Mestrando do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA.
juanbrizuelapna@gmail.com.



O pensamento latino-americano sobre a noção de desenvolvimento

Segundo o pesquisador chileno Eduardo Devés Valdés (2003), a partir do ano 1950 pode distinguir-se, nas idéias políticas da região, dois paradigmas em conflito. Por um lado, o *paradigma modernizador*, onde aparecem os conceitos de desenvolvimento, industrialização, sociedade moderna, entre outros. Esta perspectiva procura uma atualização permanente do modo de produção econômica, aplicando os modelos das regiões consideradas mais avançadas. O modelo busca aumentar os níveis de eficácia e eficiência, através da ciência e da tecnologia, para superar nossa condição de “atraso”.

Por outro lado, encontramos o *paradigma identitário*, onde existe uma forte inclinação por viver a um ritmo autóctone e autônomo, buscando um modelo de vida no interior da própria cultura e história que permita uma organização social autêntica. O modelo exigia também não abrirem-se às novas formas de organização externas à cultura local. Aqui os conceitos mais importantes são: identidade, independência e multiculturalismo (DEVÉS VALDÉS, 2003).

Sem dúvida a noção que, ainda hoje, está mais frequentemente em pauta no pensamento latino-americano, é a do desenvolvimento. Segundo Deves Valdés, em princípio, o conceito estava ligado exclusivamente ao crescimento econômico. Porém, na medida em que as ciências sociais foram-se consolidando no continente, o conceito foi redefinido e entendido como o crescimento auto-sustentável que envolve durante um período de tempo relativamente longo o conjunto da sociedade (DEVÉS VALDÉS, 2003). Neste sentido, não supõe unicamente um crescimento em termos econômicos, mas também um crescimento social, político e cultural.

No seio da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), e fundamentalmente a partir das idéias de Raúl Prebisch, os países foram incentivados a aplicar, no âmbito regional, políticas de *Industrialização por Substituição de Importações* (ISI) com uma ativa participação do Estado através da planificação econômica e limites aos investimentos estrangeiros. A ISI era o modelo econômico para o desenvolvimento.

Mais tarde, o próprio Prebisch reconhece que a industrialização por si só não implica uma redistribuição da riqueza e que, além disso, gera inflação, provocando fortes impactos sociais nos assalariados e setores mais vulneráveis. Começou-se a vislumbrar, assim, os fatores intangíveis do desenvolvimento, esse capital invisível dos povos que tem a ver com a educação, a saúde física e mental, o conhecimento

tecnológico e a inventiva, a cooperação internacional; enfim, toda a estrutura social e cultural dos países que é o que realmente permite o desenvolvimento sustentável.

A cultura no processo do desenvolvimento

Pensar a cultura nos anos 50' era pensar nas belas artes e no patrimônio. Nesse tempo, era considerada muito mais como um estado, com algo dado, e próprio das elites e da civilização (COELHO, 2008). A cultura foi ganhando espaços na reflexão teórica, na agenda política e também na cena internacional a partir das conferências da UNESCO celebradas entre 1970 (Veneza) e 1982 (México), onde as políticas culturais aparecem por primeira vez como responsabilidade expressa dos poderes públicos (ANDER EGG, 2005). A cultura começa a ampliar suas dimensões e trabalhar com muita mais abrangência.

O postulado da cultura como conceito antropológico tem pouca utilidade científica, conceitual, mais muito poder político, simbólico. Teixeira Coelho (2008) associa sempre a cultura ao poder, a algum poder. Assim, o processo de democratização dos anos 80' implicou um acesso das massas populares à cultura da elite. A cultura entendida em sua dimensão antropológica implica que ninguém é detentor da cultura, se não que todas as pessoas são criadoras, produtoras e portadoras de cultura. O conhecimento dessa riqueza é uma nova fonte de poder para amplas porções de população ainda catalogadas muitas vezes como incultas.

Nos anos 90', o predomínio do modelo neoliberal nos países da América Latina questionou o papel do Estado em relação à cultura. Contudo, os próprios organismos de financiamento internacional –Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional- adotaram com entusiasmo o novo campo da Economia da Cultura. Dentro desse modelo, a questão estava colocada em como a cultura podia contribuir ao desenvolvimento econômico. Assim, era importante saber como exportar a cultura, como vender a cultura, como gerar bons negócios a partir da cultura.

Em menos de cinquenta anos, a região passou de ver os modelos de modernização e identitários como opostos para encontrar as sinergias entre esses modelos, agora sob o eixo da cultura. Porém, realmente podemos falar hoje de uma síntese entre estes dois enormes e complexos conceitos?

Meios e fins da cultura: só um bom negócio?

É pertinente refletir sobre uma intervenção de Amartya Sen (2000) na reunião do Banco Mundial em Tóquio, falando das relações entre cultura e desenvolvimento. Por um lado, diz Sen, a cultura pode ser um meio para o crescimento econômico. Projetos culturais, por exemplo, na área de turismo, podem ser excelentes negócios e gerar renda e emprego. Claro que isso provoca outros efeitos, positivos e negativos para as pessoas, mas é inegável que a cultura tem um impacto na economia, e neste sentido, no desenvolvimento (SEN, 2000).

A cultura também tem influência no comportamento social e econômico em um processo de desenvolvimento. As condutas das pessoas variam segundo as regiões e os padrões culturais onde estão inseridos. Isso pode ser tão significativo, como na explicação de Max Weber sobre a ética protestante e o sucesso da economia industrial capitalista (WEBER, 1905 *apud* SEN, 2000). Na atualidade, e segundo um raciocínio semelhante, a ética do confucionismo explicaria o grande crescimento econômico dos países do leste asiático, liderados pela “ética do Samurai” no Japão.

Neste ponto da argumentação, Sen desconfia do oportunismo dessas grandes generalizações da teoria da cultura, que aparecem sempre com um pé atrás dos acontecimentos que tentam explicar. A explicação de Weber sobre a ética protestante teve que ampliar-se para abranger a países não-protestantes e até nem cristãos que foram bem sucedidos na implantação de uma indústria capitalista. Logo, o Japão conseguiu o mesmo patamar e daí começaram as explicações sobre o “código de honra do Samurai” e da “ética japonesa”. Contudo, outros países asiáticos começaram a industrializar-se e a “ética do Samurai” foi ampliada à ética do confucionismo. Já quando o crescimento econômico atingiu também países muçulmanos, a teoria ficou bem abrangente e falou da cultura da “Ásia” (SEN, 2000).

Isto não implica de forma nenhuma que a cultura deixe de ser importante para o desenvolvimento, mas resulta evidentemente que essas grandes teorias têm limitações. É bom lembrar que as práticas e costumes culturais não são imutáveis, e também que muitas vezes o mesmo valor cultural pode ser benéfico em um determinado momento do processo de desenvolvimento e mais prejudicial em outro. Para Sen, as conexões entre cultura e desenvolvimento têm que ter em conta a variabilidade, a contingência e a particularidade desses fenômenos humanos.

Finalmente, o economista índio fala da cultura como parte dos fins do desenvolvimento. Se desenvolvimento é entendido não somente como o crescimento do PIB, mas também com um melhoramento e ampliação das liberdades e o bem-estar das pessoas, a cultura com certeza figura entre os fins do desenvolvimento (SEN, 2000). Os projetos culturais podem e devem ser alentados, sejam ou não possíveis de tornar-se bons negócios – lembremos que a fala da Sen é no contexto do fórum do Banco Mundial-.

Ainda mais, o autor se pergunta até que ponto a cultura deve estar à disposição para tornar-se o tempo todo em um bom negócio. Não será que a própria perseguição de negócios é em si mesma uma ocorrência cultural empobrecedora? Sen deixa a pergunta sem resposta, mas o raciocínio é bem interessante porque geralmente se pensa em como a cultura pode contribuir ao desenvolvimento e não questiona o conteúdo ou os parâmetros para mensurar aquilo que se reconhece como “desenvolvimento”.

Os dois conceitos interagem de formas diferentes, e também se transformam nesse processo. Reconhecer a importância da cultura como criadora de riqueza não implica reduzir sua dimensão à economia. Pelo contrário, as reflexões mais promissoras da região não falam sobre como a cultura pode contribuir ao desenvolvimento; se não, como criar um novo modelo de desenvolvimento a partir da cultura.

Voltar ao território: Cultura e Desenvolvimento Regional

Para fazer frente as grandes teorias que nem explicam, nem resolvem as profundas desigualdades sociais da região, aparecem novas perspectivas pensadas e executadas nos interiores da América do Sul.

Claudia Leitão (2009) questiona-se como é que o território ficou fora da reflexão sobre o desenvolvimento, e porque a própria população não tem a menor influência ou decisão sobre o modo de vida que desejam ter. Nessa volta ao território, a pesquisadora propõe um construir um novo modelo de desenvolvimento a partir da própria cultura regional. O conceito de **desenvolvimento com envolvimento** (LEITÃO, 2009), implica valorizar e potenciar as costumes e práticas culturais regionais, respeitando e criando uma nova forma de relacionamento com o entorno natural.

Na mesma linha, Frederico Lustosa da Costa (2006), entende que:

A cultura é um fator primordial no processo de desenvolvimento local e regional sustentável, pois contribui para:

- despertar o sentido de pertença e aumentar a auto-estima da população;
- acumular capital social;
- assegurar o comprometimento das pessoas com projetos de desenvolvimento da região, e;
- gerar oportunidades de emprego e renda na indústria criativa. (LUSTOSA DA COSTA, 2006. p. 3).

Experiências semelhantes acontecem na Argentina, onde a província de Entre Rios teve uma interessante política cultural chamada Programa Identidad Entrerriana, que trabalhando em parceria com o organismo federal de fomento ao desenvolvimento regional – o Conselho Federal de Investimentos (CFI)- logrou a primeira experiência concreta de vinculação entre cultura e desenvolvimento regional. A experiência pioneira do CFI e da província de Entre Rios em apoiar iniciativas culturais visando o desenvolvimento foi logo aplicada em sete províncias da Argentina.

Do outro lado da cordilheira, no Chile, foi implementado durante o ano 2007 o *Programa del Fortalecimiento de la Identidad Regional*, que teve o objetivo de apoiar o fortalecimento da identidade regional visando contribuir ao desenvolvimento endógeno das regiões e brindando novas ferramentas aos governos sub-nacionais para o desenvolvimento de seus territórios (RIMISP, 2010).

Finalmente, e voltando ao nordeste brasileiro, a Secretaria de Cultura da Bahia relaciona cultura e desenvolvimento regional através do conceito de **desenvolvimento territorial da cultura** (BRANDÃO, 2009). E no território que se encontra:

A base geográfica da existência social, espaço simbólico em que a população constrói a sua identidade, exprime sentimentos de pertença e cria seu patrimônio cultural. Esta regionalização deverá orientar a formulação de políticas públicas democráticas na área da cultura, descentralizando as tomadas de decisão, consultando a sociedade civil e criando instâncias intermediárias entre o poder municipal e o estadual (SECULT, 2010).

Enfim, estas iniciativas permitem vislumbrar um horizonte diferente no debate sobre a cultura e o desenvolvimento, agora trabalhando a cultura e as identidades locais e regionais como fatores fundamentais, meios e fins, de novos modelos de desenvolvimento.

A modo de conclusão: usos e abusos da cultura e o desenvolvimento

É claro que o desenvolvimento, no contexto latino-americano, é um imperativo categórico e não pode ser desconsiderado. Dois fatores são importantes pensando as interações do desenvolvimento com a cultura. Primeiro, que incentivar a cultura por si só não implica nenhuma forma de desenvolvimento. De que cultura estamos falando? Daquela que é um bom negócio, paradigma do neoliberalismo que pregoam os

mecanismos internacionais de crédito como o FMI, BM ou BID? Ou daquela outra que aparece nas lutas das culturas originárias, dos grupos minoritários e dos excluídos do sistema capitalista mundial?

Autores como Renato Ortiz (2007) falam que a cultura não implica necessariamente maior desenvolvimento. Se a cultura está cada vez mais presente na agenda internacional e na vida cotidiana das pessoas - no sentido da mundialização da cultura que argumenta Ortiz (2004)-, não implica que o mundo está cada vez mais desenvolvido. Pelo contrário, parece ser que até piora a situação mundial em termos de bem-estar para a maior parte da humanidade.

Em segundo lugar, a cultura tampouco explica absolutamente todo o que acontece no mundo social; muito menos no complexo fenômeno do desenvolvimento. Não precisamos cair nas grandes e oportunistas teorias da cultura que fala Sen (2000) que o explicam tudo depois que acontece. Podemos falar da importância da cultura no mundo contemporâneo, e no desenvolvimento, sem desmerecer nem esquecer todas as outras dimensões.

A reflexão sobre o desenvolvimento teve um caminho, e a importância da cultura como dimensão autônoma na vida social outro caminho diferente até chegar ao momento atual em que parece impossível pensar, sobretudo na região da América Latina, o desenvolvimento integral e harmônico da região sem o desenvolvimento cultural.

Bibliografia

- ANDER-EGG, Ezequiel. **La política cultural a nivel municipal**. Buenos Aires: Lvmen-Hvmanitas, 2005.
- BRANDÃO, Hanayana. “**A bahia em pedaços**” outra vez: **Reflexões sobre identidade, território e desenvolvimento**. In: Anais do I EBECULT. Salvador: UFBA, 2009.
- COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário**. São Paulo: Iluminárias, Itaú Cultural, 2008.
- DEVÉS VALDÉS, Eduardo. **El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Desde la CEPAL al Neoliberalismo (1950-1990)**. Buenos Aires: Biblos, 2003.
- LEITÃO, Claudia. **Cultura e Municipalização**. Coleção Cultura é o quê? Vol. III. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.
- LUSTOSA DA COSTA, Frederico. **Cultura, desenvolvimento e planejamento regional: Aspectos conceituais e metodológicos**. Guatemala: XI CLAD, 2006.
- ORTIZ, Renato. **Mundialización y cultura**. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2004.
- ORTIZ, Renato. **Cultura e Desenvolvimento**. In: V Campus Euro-americano de Cooperação Cultural. Almada: OEI, 2007. Disponível em: http://www.redculturalmercosur.org/docs/Ortiz_port.pdf. Acesso em: 9 de março de 2010.
- RIMISP – Boletín InterCambios. Año 9, Número 107. Santiago: RIMISP, 2010. Disponível em: http://www.rimisp.org/boletin_intercambios/index_boletin.php?id_boletin=152. Acesso em: 9 de março de 2010.
- SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA. www.cultura.ba.gov.br. Acesso em: 9 de março de 2010.
- SEN, Amartya. **Culture & Development**. In: World Bank Tokyo Meeting. Tóquio: Banco Mundial, 2000. Disponível em: <http://www.pyinnya.com/?p=94>. Acesso em: 9 de março de 2010.